



EIXO 4: ENSINO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

OS ESPAÇOS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRICO E PROPOSTA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA EM ANAGÉ/BA

Guilherme Matos de Oliveira

Bolsista IC/FAPESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
ggui995@gmail.com

Lara Barros Pereira

Bolsista IC/UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
larabarros.geo@gmail.com

Suzane Tosta Souza

Docente/DG – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
suzanetosta@gmail.com

RESUMO

A proposta de uma educação voltada aos valores e ao trabalho dos agricultores camponeses vem ganhando cada vez mais expressividade no contexto agrário brasileiro, em meio à luta pela permanência e reprodução dos sujeitos do campo em seus lugares de origem, envoltos à lógica contraditória do capital presente nesses espaços. Assim, o objetivo central deste trabalho é desvelar a importância do projeto da Escola Família Agrícola de Anagé-BA na reprodução dos sujeitos camponeses do referido município, reportando historicamente à sua implantação e seus principais desafios, pautados na perspectiva de uma educação contextualizada por meio da Pedagogia da Alternância, esta que vem contribuindo na formação dos estudantes camponeses pela aquisição de valores humanos, bem como na experiência e aplicação dos conhecimentos agregados pelo ensino da escola junto às suas famílias na terra de trabalho.

Palavras-chave: Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Camponeses.

INTRODUÇÃO

Na produção do espaço, o campesinato perpassa não somente o campo ideológico, mas sobretudo o campo da materialidade, que contribui no entendimento do seu conceito na realidade agrária brasileira, concebido sob o viés político, histórico e social, cuja academia tem dado importante contributo à construção do seu pensamento na perspectiva de recriação e reprodução dos sujeitos presentes no campo.

Nesse contexto, compreende-se a pertinência do campesinato no entendimento da produção do espaço agrário, conceito esse entendido como classe social que se destaca no Brasil pela força de trabalho familiar em meio à lógica da economia de mercado capitalista, levando em conta as singularidades do camponês na totalidade das dinâmicas de sua reprodução.

Este artigo tem a pretensão de apreender estas relações entre os espaços de reprodução camponesa e o projeto de educação do campo a partir de uma fundamentação teórica tanto social quanto histórica desses espaços específicos, e ao mesmo tempo sendo compreendidos indissociavelmente pela totalidade das relações sociais. Então, a partir da realidade da Escola Família Agrícola (EFA), localizada na Zona Rural de Anagé-BA, tem-se a necessidade de compreender a produção do espaço camponês a partir das mudanças na organização espacial desta realidade, atribuída à extrema inserção e influência no modo capitalista de produção.

METODOLOGIA

O objetivo central desse trabalho é analisar o histórico e a proposta pedagógica da Escola Família Agrícola (EFA) de Anagé-BA. Para tanto, surge a necessidade de promover um estudo acerca da relação entre campesinato e educação do campo, sendo de extrema importância agregar a este estudo diversas leituras e análises plausíveis à compreensão desse espaço, cujas análises reportam a uma diversidade de concepções teóricas que irão apontar as nuances contraditórias que são impositivas a este espaço, pela lógica de extração e acumulação capitalista.

Dessa forma, este trabalho pauta-se no levantamento bibliográfico de teóricos que discutem tanto a questão agrária quanto a educação do campo, a história e a espacialização da EFA da Europa para o Brasil, bem como a análise do histórico e proposta de ensino da referida escola localizada no município de Anagé-BA, através do acesso à documentação de sua implantação (atas, relatórios, entre outros), no intuito de compreender as práticas pedagógicas específicas da escola que reverberam na criação e recriação dos camponeses presentes no campo do município em estudo, seja por meio das vivências dos jovens estudantes camponeses na terra de trabalho, bem como no fortalecimento desses sujeitos no âmbito político e da agregação de valores presentes na família desses estudantes, despertando nesses sujeitos a emancipação de uma classe, na qual eles fazem parte, em vista da luta por uma educação do campo.

RESULTADOS PRELIMINARES

Debates quanto a Educação do Campo na produção do espaço agrário

A Educação do Campo surge atrelada à agricultura camponesa, pois foi criada pelos produtores camponeses que enxergaram a importância de uma educação específica para a reprodução e recriação deles no espaço a qual fazem parte. Segundo Molina (2009, p. 18) a educação do campo:

[...] refere-se à articulação de seus postulados ao entendimento da necessidade da construção de um novo projeto de nação para a sociedade brasileira. Projeto este cuja centralidade se dê a partir da busca da garantia das condições dignas de vida para todos, o que exige redistribuição de renda, de terra, poder e conhecimento.

Concepções como campo e educação são importantes e necessárias ao entendimento da produção agrária das famílias que vivem e trabalham na terra. Nesse sentido, a agricultura camponesa tem construído avanços mediante a inserção do viés educacional no seu movimento de luta em contrapartida aos ditames da lógica capitalista no campo. Sob essa perspectiva entende-se que:

Os defensores da educação do campo, normalmente, consideram que a população rural foi historicamente excluída do acesso às políticas educacionais adequadas a sua realidade e, a partir da década de 1980, uma parcela da sociedade civil passou a se articular em torno dessa demanda. (NETO; BEZERRA, 2011, p.102)

A realidade educacional do campo sempre foi de um ensino que se estagnava nas séries iniciais do ensino fundamental e não havia a possibilidade de avanço nos estudos, onde a educação, historicamente, sempre esteve distante do contexto camponês, excluindo-os das conquistas de uma educação autônoma. Por esse aspecto, afirma-se que:

Tendo em vista que na sociedade capitalista a leitura e a escrita são instrumentos de *status* e poder, quase sempre é considerada um privilégio das classes dominantes, conseqüentemente as classes subalternas têm poucas oportunidades de dominar os códigos da cultura letrada, ficando submetidos a “[...] privação absoluta ou quase absoluta de símbolos e objetos da cultura letrada [...]”. (BRANDÃO, 1999, p.35).

Nesse contexto histórico de exclusão social e educacional dos camponeses, atrelado às contradições do modo capitalista de produção, cuja relação é articulada pelo aparelho ideológico do estado, cabe destacar que:

No Brasil, a força da ideologia dominante, composta pelas oligarquias agrárias que imperam desde o Brasil colonial, defendia o discurso de que aprender a ler e a escrever para os camponeses era inútil e supérfluo. O argumento era o de que a natureza do trabalho camponês (produção de alimentos a partir manejo com a terra para sua subsistência e a venda de excedentes para a população urbana) não prescindia de formação escolar nenhuma. O próprio modo de vida camponês, *a priori*, era a justificativa para a negação do acesso a educação para os mesmos. (CAMACHO, 2017, p. 4)

Da negação de uma educação para os sujeitos camponeses, cuja centralidade é sua contextualização, perspectiva esta defendida pelos PCNs, a grande parte da população presente no espaço agrário brasileiro busca na educação do campo o real contributo para a transformação do jovem camponês, que precisa estar inserido tanto na realidade educacional quanto na realidade de vivência e de produção na terra de trabalho, e que consideram a educação como crucial em seu protagonismo nas relações sociais camponesas, realidade que muitas vezes é desconfigurada pela mobilidade do trabalho desses jovens aos centros urbanos, sujeitos à lógica capitalista.

Sem registro formal os jovens sujeitam-se a baixos salários e estão disponíveis aos interesses do lucro. Tornam-se inclusos para serem excluídos do mundo do trabalho. A perda dos direitos trabalhistas e o crescente desemprego favorecem a desrealização do ser na condição de sujeitos asujeitados ao capital, aceitando qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário, submetendo-se à racionalidade do capital e à lógica do mercado. Na situação de itinerantes tornam-se andarilhos, indo onde tem trabalho e retornando para o campo quando acaba (CONCEIÇÃO, 2007, p. 95)

Nesse propósito, dentre as reivindicações dos sujeitos camponeses, surge a luta por uma educação concernente à realidade do campo brasileiro, onde em 1998, a partir de algumas entidades e movimentos sociais como a CNBB, MST, Unicef, Unesco e a Universidade de Brasília - UB, forma-se a Associação Nacional por uma Educação Básica do Campo, onde esta promoveu a primeira conferência denominada Por Uma Educação do Campo, que foi realizada em Luziânia/GO em 1998. Por meio desta conferência, foi-se defendido quanto a necessidade de visualizar o campo como parte da totalidade-mundo e não como parte fragmentada do espaço, como “sobra” dos centros

urbanos. Assim, “era necessário, primordialmente, estabelecer a importância que tem o campo para a partir daí refletirmos acerca de uma Educação do Campo” (FERNANDES, 2004).

As razões que fizeram com que se emergisse a luta por um projeto de educação diferenciado, denominado de Por Uma Educação do Campo advem da marginalização dos camponeses na época pelo avanço destrutivo do capital no campo, onde a luta pela Educação do Campo se torna possível pelo fato de os movimentos socioterritoriais camponeses estarem construindo sua luta pela terra e por um outro projeto de desenvolvimento para a sociedade diferente do projeto do agronegócio (CALDART, 2017). Na articulação desses movimentos:

A espacialização da Educação do Campo acontece também pela ampliação das parcerias e pelo fato dos movimentos estarem colocando este paradigma na agenda dos estados e dos municípios através de seminários, encontros e publicações de Educação do Campo. (MOLINA, 2003, p. 120).

Portanto, esse movimento concebe o campo como espaço de resistência, onde os camponeses lutam pelo acesso e permanência na terra, mediante seu modo de vida na relação com a terra de trabalho e pelos valores específicos de sua classe social. Essa concepção educacional vem sendo batallhada pelos camponeses, na garantia da recriação e reprodução desses sujeitos em meio as relações antagônicas destes com o capital expresso pelo agronegócio presente no campo brasileiro.

As Escolas Famílias Agrícolas (EFA) na produção do espaço agrário

Na discussão das propostas “Por uma educação do campo”, uma das experiências significativas desse processo se expressa pela Escola Família Agrícola (EFA). De acordo com Ribeiro (2010) a EFA surge de um modelo de escola francesa composta de jovens filhos de agricultores que não se interessavam pela escola, que oferecia um ensino desarticulado com o modo de vida e de trabalho camponês. Assim, agricultores de Lor-et-Garone, aldeia do sudoeste da França, com apoio do padre Abbé Granereau criaram a Maison Familiare Rurale – MFR em 1935, cujo modelo de escola se espalhou por todo o mundo.

Inspirada no modelo francês, a EFA foi criada no início da década de 60, seguindo a Pedagogia da Alternância, sendo que a experiência italiana chegou ao Brasil

antes da MFR. Almeida; Germani (2013) colocam que a prática da alternância é diferente da formação integral, onde na EFA percebemos a valorização do saber que resulta das práticas sociais.

Segundo Oliveira (2009), em 1968, no município de Anchieta, sul do Espírito Santo, chega um padre italiano chamado Humberto Pietrogrande, que se compadece com a situação da região, em meio à ditadura militar, onde o campo vivia a perversidade da Revolução Verde, que preparava grandes latifúndios com máquinas e defensivos agrícolas. O padre tinha conhecimento da EFA da Itália, e por meio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), com apoio da Igreja Católica e da sociedade italiana implantou as primeiras EFAs brasileiras, que hoje estão especializadas à nível nacional pela União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), criada em 1982, cuja expansão dessas escolas pelo Brasil teve grande influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Contexto histórico da EFA em Anagé e sua proposta de educação camponesa

Para atermos à história e a proposta de ensino da EFA, faz-se necessário, a priori, especializar a referida escola e contextualizar a implantação desta no município de Anagé, incluindo algumas reflexões quanto a organização e práticas de ensino da realidade escolar em questão, no fomento por uma educação camponesa frente às intervenções do modo de produção capitalista no campo.

A Escola Família Agrícola de Anagé, no sudoeste da Bahia, está localizada na Fazenda Sertaneja, ao lado oeste da cidade e com distância de aproximadamente um quilômetro do perímetro urbano, nas margens da estrada que dá acesso à Barragem do município. Seu surgimento aconteceu mediante a parceria da Associação das Escolas e Comunidades Agrícolas da Bahia (AECOFABA), do Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião (PRÓ-GAVIÃO), da Prefeitura Municipal de Anagé e da busca das comunidades rurais da região por uma escola em que se contextualizasse a realidade dos pequenos agricultores, que pelo modo de vida camponês vão se reproduzindo e se recriando em suas terras de trabalho.

De início houve, segundo os coordenadores entrevistados, uma reunião no município de Riacho de Santana, em vinte e cinco de outubro de dois mil e um, com os parceiros supracitados, no intuito de conhecerem a proposta da pedagogia da alternância e discutirem quanto a implantação da EFA de Anagé. A prefeitura municipal logo se

prontificou na doação de um terreno de 20 hectares, onde o Pró-Gavião com recursos do governo do estado da Bahia, via CAR (Companhia de Ação Regional) e FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) iniciou a construção das instalações que viria a abrigar os trabalhos da escola na modalidade do Ensino Fundamental II. No final de dois mil e um, foi-se realizado um trabalho de base por monitores com experiência na prática da pedagogia da alternância, líderes comunitários, técnicos do Pró-Gavião e membros da Igreja Católica, que conduziram os trabalhos de base, compreendendo o modelo de educação pautado na pedagogia da alternância por meio de visitas e palestras nas comunidades rurais para que se efetivasse o processo de adaptação dos adolescentes e jovens à realidade e a proposta da EFA.

Para que se culminasse esses trabalhos de base descritos anteriormente, nos dias dezoito e dezenove de dezembro de dois mil e um foi realizada uma reunião no Grupo Escolar Rosalvo Avelar com os adolescentes e jovens que tinham interesse a se matricularem na EFA, bem como da presença dos demais parceiros envolvidos no projeto da mesma. Na oportunidade, com ações definidas em reuniões preliminares, foi-se estabelecido a assembleia de fundação da AEFAAN (Associação da Escola Família Agrícola de Anagé), sendo esta realizada no Salão Paroquial da cidade no dia seis de fevereiro de dois mil e dois e contando com vários segmentos representativos da sociedade no interesse pela organização e criação da AEFAAN. Cabe ressaltar que todas as atividades realizadas tiveram supervisão e assessoria da AECOFABA, entidade estadual e que tem experiência no modelo de educação proposto (Pedagogia da Alternância), a qual a AEFAAN é filiada até os dias de hoje.

Em abril de dois mil e dois se deu início ao funcionamento da escola com duas turmas de sexto ano (na época com nomenclatura de quinta série), contando com 58 alunos matriculados e oriundos das comunidades rurais dos municípios de Anagé e Caraíbas. A cada ano se matriculavam novas turmas até que os primeiros estudantes completassem seus estudos do ensino fundamental II na escola e assim sucessivamente com as demais turmas. Contudo, nos primeiros anos concluía-se o EF II em apenas três anos, por conta dos alunos estarem em distorção idade/série. Mediante a Lei nº 11.274 de seis de fevereiro de dois mil e seis, que regulamenta o Ensino Fundamental de nove anos, fez-se necessário a conclusão do EF II em quatro anos.

Durante a jornada de quinze anos a escola tem agregado alunos de vários municípios vizinhos, além de oferecer um modelo educacional que se difere da educação regular, propondo a prática da educação contextualizada onde se estabelece a

relação teoria e prática, em vista ao desenvolvimento crítico e social do aluno, bem como da relação do mesmo com seu espaço por meio da produção na terra de trabalho de sua família, fazendo com que eles optem em permanecer no campo. Todavia, é sabido que essa realidade promotora da educação de um jovem filho de camponês ainda não se expressa em todos os espaços de produção camponesa.

Os conhecimentos adquiridos na EFA são articulados através de atividades e de instrumentos concernentes à proposta da Pedagogia da Alternância, onde os alunos passam quinze dias no chamado tempo escola (TE), desenvolvendo tanto estudos teóricos quanto atividades práticas e os outros quinze dias passam pelo tempo comunidade (TC) onde se utilizam de todo o conhecimento recebido na escola na produção agrícola. As atividades que são realizadas se pautam em:

- Plano de Estudo (PE): é o meio didático-pedagógico que auxilia na aprendizagem dos alunos. É um processo de construção do saber, que não se resume ao apropriar-se de um saber já existente, sendo este pautado nas necessidades do espaço agrário, onde se analisam situações do cotidiano e se observam algumas etapas como: hipótese, fato concreto, análise, comparação, reflexão e conclusão.

- Colocação em comum (CC): é a socialização e sistematização da pesquisa e do plano de estudo, onde possui um caráter educativo da expressão e compreensão do real concreto. Momento este em que o educando é quem fala, os docentes prestigiam não somente em silêncio a oralidade do educando, mas de poderem escutar o saber desse sujeito, que ali se expressa quanto a sua realidade. Assim é proporcionado a aprendizagem coletiva, propícia oportunidade de troca e geração de conhecimento.

- Caderno da realidade (CR): é uma espécie de livro da vida do aluno, onde ali se registra suas pesquisas e todas as atividades do Plano de Estudo pelos ciclos da alternância, buscando fomentar o desenvolvimento humano e social do aluno, que precisa amadurecer na tomada de consciência nas relações com sua família e nos ambientes sociais e culturais a qual está inserido.

- Folha de observação (FO): atividade de pesquisa realizada pelos alunos junto à família e/ou comunidade, utilizada no caso de um plano de estudo não aprofundar um determinado aspecto de uma temática estudada, possuindo caráter complementar.

- Tutoria: formas de acompanhar de forma detalhada as atividades de pesquisa, exercícios, vivências e experiências no meio social e profissional. Através dela que os alunos são preparados para o tempo comunidade e para além disso, a tutoria estende-se ao longo de todo o processo escolar, acompanhando a realidade dos alunos pelo

relacionamento desses sujeitos dentro da escola, na família e na comunidade, buscando suprir de todas as formas as necessidades do aluno.

- Caderno didático (CD): se constitui como material específico da EFA, com uma metodologia própria, no sentido de aprofundar teoricamente o plano de estudo.

- Visitas e viagens de estudo: é feita uma pequena excursão numa experiência significativa e com finalidade educativa, onde se envolvem alunos, monitores, pais, visando conhecer novas realidades, treinar novas técnicas, fazendo um paralelo entre as diferentes realidades oriundas do próprio contexto rural.

- Serões de estudo: são realizadas atividades livres e tranquilas, realizadas principalmente no período noturno. Consiste em trabalhos organizados pelo monitor responsável do dia, em que são debatidos sobre os mais variados temas, complementares na aprendizagem dos alunos. Sendo que pode haver relação com os planos de estudo.

- Intervenções externas: são a colaboração de pessoas de fora (pais dos alunos, lideranças, profissionais) que buscam elucidar temas relacionado aos planos de estudo.

Diante dessas atividades, a educação pedagógica da EFA que se expressa por meio de práticas voltadas à vivência e ao trabalho no campo, permite que os jovens filhos de camponeses permaneçam em suas terras de origem para continuarem reproduzindo a produção agrícola advinda de seus familiares, experiência esta adquirida do conhecimento específico da escola, que se pauta pelos valores e pelo trabalho do agricultor camponês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo a centralidade das lutas em favor dos camponeses que se recriam nas contradições da lógica do capital, seja na luta para se reproduzirem enquanto classe social, na luta pela terra, na luta pelo trabalho na terra e por uma educação do campo, consideramos que o processo histórico, bem como a proposta pedagógica da EFA presente no espaço agrário de Anagé, que tem como premissa a afirmação do camponês no seu espaço diante da proposta educacional da Pedagogia da Alternância, busca-se recriar a relação que há entre homem e terra, terra e homem, onde é de suma importância que os sujeitos camponeses não se fragmentem na totalidade de suas relações sociais, na busca pela transformação social e emancipação humana deles próprios.

Portanto, trata-se de um projeto de educação que tem como objetivo fundamental atender aos camponeses, e não somente a eles, mas a qualquer outro setor ou projeto da sociedade que tenha como princípio a busca da superação das relações capitalistas, que de forma alguma deve ser pensado a partir dos princípios do agronegócio. Procura-se, então, buscar propostas plausíveis por uma educação camponesa. Essa educação não pode ser um projeto de integração/subordinação ao capital, mas de defesa pelos interesses dos camponeses que perpetuam seu modo de vida pelas suas condições de trabalho e pelo vínculo à terra, espaço fundamental na construção das relações sociais do campesinato.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA PINTO, M. P. de; GERMANI, Guiomar Inez. **Território da Educação do Campo: As Escolas Famílias Agrícola**. In: XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2013, Lima. Anales del XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ANAGÉ, Vários autores. **Relatório**. Anagé, 2017 (Relatório impresso).

CALDART, Roseli Salette. **Momento atual da educação do campo**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigodomes/imprime.php?id=27>>. Acesso em: 29/04/2017.

CAMACHO, R. S. **Educação do campo e educação geográfica: histórico e pressupostosteóricos**. <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Teoricos/14.pdf>>. Acesso em 29/04/2017.

CONCEIÇÃO, A. L. **Jovens andarilhos no curto ciclo do capital**. João Pessoa: Revista OKARA: Geografia em debate, v.1, n.1, p. 1-152, 2007

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 53-91. (Por Uma Educação do Campo, 5).

MOLINA, Mônica Castagna. **A Contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2003. (Tese) Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Educação e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

NETO, L. B.; BEZERRA, M. C. S. **Educação do Campo: referenciais teóricos em discussão.** In: Educação para o Campo em discussão: subsídios para o programa Escola Ativa/ Luiz Bezerra Neto, Maria Cristina dos Santos Bezerra (org). São José: Premier, 2011.

OLIVEIRA, Marcos Marques de (org). **Vozes e visões do campo.** São Paulo: Peirópolis, 2009.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação. Liberdade, autonomia e emancipação: princípios/fins da formação humana.** 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.